



**Unidades  
Socioeducativas  
do Estado do  
Ceará**

# **Regimento Interno**

**FORTALEZA  
2013**



---

---

# Regimento Interno Unidades de Medidas Socioeducativas do Estado do Ceará

---

---

**COORDENAÇÃO EDITORIAL, PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA**  
David Tahim Alves Brito

**REVISÃO ORTOGRÁFICA**  
Regina Helena Moreira Campelo

**CATALOGAÇÃO**  
Ana Maria Dourado Moreira  
Bibliotecária - CRB - 3 / 522

**IMPRESSÃO**  
Gráfica Ronda

## **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

**C387r    CEARÁ. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL.**

**REGIMENTO INTERNO: UNIDADES DE MEDIDAS  
SOCIOEDUCATIVAS DO ESTADO DO CEARÁ./BANCO  
INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO; GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ, PROARES II. – CEARÁ: GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ, 2013.**

**1.BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.  
II.PROARES II III.TÍTULO**

**GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ**

Cid Ferreira Gomes

**VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ**

Domigos Gomes de Aguiar Filho

**SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Josbertini Virginio Clementino

**SECRETÁRIO ADJUNTO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL**

Júlio Brizzi Neto

**SECRETÁRIO EXECUTIVO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL**

Francisco Marcelo Sobreira

**ESPECIALISTA DO BANCO INTERAMERICANO DE  
DESENVOLVIMENTO - BID**

Francisco José Ochoa

**COORDENADOR GERAL PROARES II**

Roberto Luiz Lima Rodrigues

**COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

Ana Maria Cruz de Sousa



**COORDENADORIA TÉCNICA PROARES II**

Anete Morel Gonzaga

**GERÊNCIA DO PLANO ESTRATÉGICO ESTADUAL PROARES II**

Nágila Costa Araújo

**GERÊNCIA DA CÉLULA DE ATENÇÃO ÀS MEDIDAS  
SOCIOEDUCATIVAS**

Francisco Weyds Fernandes Cavalcante

**ASSESSORIA TÉCNICA**

Lucita Cunha Matos

**CONSULTORIA E ELABORAÇÃO**

Francisca Rejane Bezerra Andrade

Marcus Fábio Linhares Ponte

Maria Nilvane Zanella





## **Unidades Socioeducativas da Capital Orientadores de Célula**

**Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro - URLBM**  
Maria Cecília Guimarães

**Centro Educacional São Miguel - CESM**  
Lêda M<sup>a</sup> Maia Torres

**Centro Educacional São Francisco – CESF**  
Joaquim Jácome Vieira

**Centro Socioeducativo Passaré**  
Claudenor Moreira da Costa

**Centro Educacional Dom Bosco – CEDB**  
José Ernande de Oliveira

**Centro Educacional Patativa do Assaré - CEPA**  
Fernando Barroso de Albuquerque

**Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider -  
CECAL**  
Darley Souza Alves

**Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota - CEABM**  
Elisa Barreto Rodrigues

**Centro de Semiliberdade Mártir Francisca - CSMF**  
Maria Coeli Girão Santiago



## **Unidades Socioeducativas Regionalizadas Orientadores de Célula**

**Unidade de Semiliberdade de Crateús**  
Janete Soares

**Unidade de Semiliberdade de Juazeiro do Norte**  
Synara Ferreira Rates

**Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes**  
Cicero Everardo Maia da Nóbrega

**Unidade de Semiliberdade de Sobral**  
Sérgio Roberto Neves Viana

**Unidade de Semiliberdade de Iguatu**  
Ruy Ferreira Gonçalves



# SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>15</b>
<b>Título I – Das Medidas Socioeducativas .....</b>	<b>17</b>
Capítulo I – Disposições Gerais.....	18
<b>Título II – Das Fases De Atendimento Socioeducacional.....</b>	<b>23</b>
<b>Título III – Do Acesso À Unidade De Medida Socioeducativa.....</b>	<b>27</b>
<b>Título IV – Da Rotina Institucional E Do Regulamento Disciplinar.....</b>	<b>29</b>
Capítulo I – Disposições Gerais .....	30
Capítulo II – Da Visita de Familiares aos Adolescentes .....	32
Capítulo III– Das Saídas e Atividades Externas à Unidade .....	33
Capítulo IV – Do Processo de Apuração das Transgressões Disciplinares.....	35
Capítulo V – Das Transgressões Disciplinares .....	37
Capítulo VI – Das Medidas Disciplinares .....	41
Capítulo VII – Do Desvio de Percursos, da Evasão e Fuga .....	45
<b>Título V – Das Atribuições da Equipe da Unidade de Medidas Socioeducativas .....</b>	<b>47</b>
Capítulo I – Das Atribuições do Orientador de Célula e da Equipe Administrativa .....	48
Capítulo II – Das Atribuições da Equipe Técnica .....	53
Capítulo III – Das Atribuições da Equipe de Apoio Técnico.....	59
Capítulo IV – Das Atribuições da Equipe Operacional De Apoio.....	63
<b>Título VI – Disposições Transitórias .....</b>	<b>68</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>71</b>



# **Apresentação**

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará (STDS) coordena as políticas do Trabalho, de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional no estado. No âmbito da política de assistência social, a STDS desenvolve e apoia programas de proteção social, entre eles, o Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará (Proares II), cujas ações se destinam a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Este Regimento dispõe sobre as Unidades de Medidas Socioeducativas do Estado do Ceará, responsáveis pela recepção, internação provisória, semiliberdade, internação sanção e internação por sentença, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e nas recomendações preconizadas no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

O presente documento é composto por títulos, capítulos, seções e subseções, que trata sobre os parâmetros de normatização e funcionamento das Unidades de atendimento socioeducativo do Estado do Ceará.

A elaboração deste Regimento contou com a coordenação do Plano Estratégico Estadual - PEE, gestores, técnicos, instrutores educacionais das Unidades de Medidas Socioeducativas e representantes do Sistema de Garantia de Direitos.



# **TÍTULO I - Das Medidas Socioeducativas**

---

---

## **Capítulo I - Disposições Gerais**

Art. 1º. Este Regimento dispõe sobre as Unidades de Medidas Socioeducativas do Estado do Ceará, responsáveis pela recepção, internação provisória, semiliberdade, internação sanção e internação por sentença, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e nas recomendações preconizadas no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

§1º A recepção caracteriza-se pelo acolhimento de natureza transitória ao adolescente acusado da prática de ato infracional, proveniente da Delegacia da Criança e do Adolescente e das comarcas do Interior do estado, que deverá ser apresentado ao Judiciário.

§2º A medida socioeducativa de internação provisória é aplicada ao adolescente, antes de a decisão judicial, a teor do artigo 108 do ECA, e não deve ultrapassar o prazo máximo de 45 dias.

§3º A medida socioeducativa de semiliberdade pode ser aplicada como primeira medida, ou como forma de progressão do regime para aqueles adolescentes já privados de liberdade, conforme artigo 120 do ECA. Nela, o educando fica sob a custódia do estado, mas realiza atividades externas, independente de autorização judicial.

§ 4º A medida socioeducativa de internação sanção pode ser aplicada por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, conforme artigo 122, inciso 3º, parágrafo 1º, do ECA.

§ 5º A medida socioeducativa de internação é aplicada ao adolescente autor de ato infracional e deve observar o previsto no artigo 122 do ECA, somente podendo ser aplicada nos casos e hipóteses ali previstas.

Art. 2º. As Unidades de Medidas Socioeducativas estão sob a administração direta do Governo do Estado do Ceará.

Art. 3º. Os procedimentos internos de funcionamento, de atendimento e de segurança serão administrados pelo corpo diretivo das Unidades de Medidas Socioeducativas, respeitando as diretrizes do presente Estatuto.

## Seção I - Dos Direitos dos Adolescentes

Art. 4º. Serão garantidos aos adolescentes os seguintes direitos, dentre outros:

I. Ter respeitada a sua individualidade e estar livre de preconceito e julgamento moral.

II. Estar salvo de qualquer tratamento desumano, vexatório ou que atente contra a dignidade da pessoa em desenvolvimento.

III. Participar de atividades escolares, pedagógicas, profissionalizantes, culturais, esportivas e de lazer.

IV. Receber assistência médica e odontológica, priorizando os serviços públicos e comunitários.

V. Ter o direito à ampla defesa e ao contraditório quando lhe for atribuída conduta faltosa, antes de lhe ser aplicada a medida disciplinar.

VI. Ter garantida a convivência familiar e comunitária, respeitando os critérios previamente definidos neste Regimento.

VII. Receber atendimento técnico, no mínimo, quinzenalmente.

VIII. Ter garantido os documentos indispensáveis à vida em sociedade.

IX. Ter acesso aos meios de comunicação social, a partir de critérios predefinidos pela equipe socioeducativa.

X. Receber visitas, obedecendo a critérios estabelecidos pela direção e pela equipe técnica da Unidade de Medida Socioeducativa, salvo em caso de suspensão temporária desse direito pela Justiça da Infância e da Juventude.

XI. Ter acesso a condições adequadas de higiene e asseio pessoal.

XII. Habitar em alojamentos em condições de higiene e salubridade.

XIII. Receber, quando do seu desligamento, os documentos pessoais.

XIV. Ter acesso, quando necessário, a atividades psicoterapêuticas.

XV. Ser ouvido pela direção e equipe técnica em suas queixas, problemas, dúvidas e reivindicações.

XVI. Corresponder-se com familiares.

XVII. Receber assistência religiosa, segundo sua crença, desde que assim o deseje, e que não coloque em risco sua segurança física e mental.

XVIII. Avistar-se e entrevistar-se com o representante do Ministério Público e Defensoria Pública.

XIX. Peticionar diretamente a qualquer autoridade.

XX. Ser informado, sempre que solicitar, sobre sua situação processual.

XXI. Ter acesso a atividades e serviços fora dos limites da instituição, nas condições estipuladas pela direção, salve expressa determinação judicial em contrário.

Art. 5º. Para a garantia dos direitos elencados no artigo anterior, as Unidades de Medidas Socioeducativas deverão:

I. Manter contato permanente com os órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, com a comunidade local e com a sociedade em geral, a partir de parcerias previamente articuladas pela STDS.

II. Envolver a família no processo do cumprimento da respectiva medida, favorecendo o fortalecimento dos vínculos sociais.

**Parágrafo único.** O conceito de família deste Regimento se referencia no Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, no qual se entende por família um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e/ou de afinidade, constituídos por representações, práticas e relações que implicam em obrigações mútuas e exercem a função de proteção e socialização do adolescente.

## Seção II - Dos Deveres dos Adolescentes

Art. 6º. São deveres do adolescente, entre outros:

I. Cumprir o previsto neste Regimento e na rotina institucional, além dos demais procedimentos da Unidade de Medida Socioeducativa.

II. Frequentar assiduamente e participar das atividades escolares e de outras atividades propostas pela Unidade de Medida Socioeducativa, salvo nas situações em que se justifique sua ausência, devendo esta ser autorizada pela equipe socioeducativa, com posterior ciência ao diretor e equipe técnica.

III. Cumprir com todas as suas obrigações de aluno na escola e cursos profissionalizantes que estiver inserido.

IV. Tomar a medicação nos horários estabelecidos, em caso de prescrição e orientação médica.

V. Cuidar da higiene pessoal, do asseio de seu alojamento e de seus objetos pessoais, bem como dos espaços de convivência.

VI. Colaborar com a limpeza e conservação da Unidade de Medida Socioeducativa, assim como de todos os seus bens.

VII. Portar-se sempre de forma respeitosa dentro e fora da Unidade de Medida Socioeducativa.

VIII. Acessar os espaços restritos da Unidade de Medida Socioeducativa somente com autorização ou acompanhado de funcionário da Unidade, preferencialmente do instrutor educacional.

IX. Respeitar as normas da instituição no que se refere às saídas e atividades externas realizadas durante o cumprimento da medida socioeducativa.

X. Submeter-se à revista nas seguintes situações: saída e retorno da Unidade; após o recebimento da visita de familiares; após o término das atividades de sala de aula, oficinas, e quando se fizer necessário.

XI. Submeter-se à revista em seu alojamento e em seus pertences, conforme rotina estabelecida pela Unidade de

Medida Socioeducativa, e quando esta entender necessário.

XII. Cumprir as medidas sancionatórias que lhe forem impostas, quando autor de transgressão disciplinar ou de novo ato infracional.

XIII. Dirigir-se aos profissionais, colegas e visitantes de forma educada.

XIV. Respeitar a integridade física e moral de seus colegas e profissionais.

# **TÍTULO II - das Fases do Atendimento Socioeducativo**

---

---

Art. 7º. As fases do atendimento socioeducativo são:

I - Fase Inicial de Atendimento: período de acolhimento, de reconhecimento e de elaboração por parte do adolescente do processo de convivência.

II - Fase Intermediária: desenvolvimento do Estudo de Caso/Diagnóstico Polidimensional e elaboração do Plano Individual de Atendimento.

III - Fase Conclusiva: período em que o adolescente apresenta clareza e conscientização das metas conquistadas em seu processo socioeducativo. Preparação para o desligamento do adolescente e sua reinserção sociofamiliar.

## Seção I – Da Fase Inicial de Atendimento

Art. 8º. Os profissionais que acolhem o adolescente na Unidade de Medida Socioeducativa devem ter postura de respeito, para que seja iniciada a formação de vínculos positivos com o socioeducando.

Art. 9º. A chegada do adolescente deve ser registrada e, quando necessário, realizada a emissão dos devidos documentos de recebimento deste às autoridades judiciais competentes.

Art. 10. Os pertences do adolescente devem ser conferidos e registrados sob sua presença e guardados, devendo ser providenciados a refeição, materiais de higiene pessoal, vestuário e roupas de cama e banho, ficando sob a responsabilidade dos instrutores educacionais a orientação quanto à higiene pessoal e revistas pessoais do adolescente.

Art. 11. O adolescente deve conhecer as normas e rotinas da Unidade de Medida Socioeducativa.

Art. 12. O adolescente deve ser encaminhado para dormitório específico, em observância aos critérios de faixa etária, complexão física, e análise preliminar dos riscos de conflito com outros adolescentes presentes na Unidade.

Art. 13. O adolescente deve receber atendimento multiprofissional e ser entrevistado, observando-se o amparo emocional que se fizer necessário nesta fase de



atendimento.

Art. 14. O adolescente deve ser informado sobre todas as atividades oferecidas na Unidade de Medida Socioeducativa e inserido às rotinas, despertando seus interesses e orientando suas opções de participação nas atividades.

Art. 15. A família deve ser atendida desde o início da recepção do adolescente na Unidade de Medida Socioeducativa.

## Seção II – Da Fase Intermediária

Art. 16. Realizar o diagnóstico polidimensional do adolescente (Estudo de Caso), a partir da identificação das necessidades nos aspectos jurídico, psicológico, social, pedagógico e de saúde.

Art. 17. O adolescente e sua família devem ter ciência do seu diagnóstico polidimensional.

Art. 18. O diagnóstico polidimensional subsidiará o Plano Individual de Atendimento – PIA, e, a partir da execução do PIA, deverá ser realizada a avaliação dos avanços ocorridos no período de cumprimento da medida socioeducativa.

Art. 19. O PIA deve ser enviado ao Juizado da Infância e da Juventude para homologação e acompanhamento da resposta da medida socioeducativa.

Art. 20. O acesso ao PIA será restrito à equipe técnica, ao instrutor educacional de referência, ao adolescente e aos seus pais ou responsável, ao Ministério Público e ao defensor, exceto expressa autorização judicial em contrário.

## Seção III – Da Fase Conclusiva

Art. 21. Nessa fase, o adolescente deve demonstrar compromisso, consciência crítica e determinação para concluir as metas estabelecidas no PIA.

Art. 22. Cabe à equipe técnica observar as condições externas para a reinserção do adolescente na comunidade, preparando:

I.O acolhimento familiar

II.Os encaminhamentos para cursos na comunidade

III.O encaminhamento para a escola em que o adolescente será inserido

IV.Os equipamentos da assistência social, para o acompanhamento do adolescente e sua família

V.Os equipamentos de saúde, caso necessário.

# **TÍTULO III - Do Acesso à Unidade de Medida Socioeducativa**

---

---

---

Art. 23. O acesso à Unidade de Medida Socioeducativa obedecerá aos seguintes critérios:

I.A entrada de pessoas nas dependências da Unidade será precedida de autorização do diretor e registro em formulário próprio.

II.Os representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente terão acesso irrestrito à Unidade de Medida Socioeducativa.

III.O acesso do advogado ao adolescente dar-se-á nos termos do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como da legislação civil e processual pertinente à matéria, mediante a apresentação da identidade funcional de advogado e procuração assinada pela família.

**Parágrafo único.** O acesso ao adolescente ocorrerá em dias úteis, no horário das 8 às 17 horas, e deverá ficar restrito à área administrativa da Unidade.

Art. 24. É vedado nas dependências da Unidade de Medida Socioeducativa:

I.A entrada de visitantes portando armas ou qualquer outro objeto que possa colocar em risco a segurança, salvo as autoridades policiais, quando a situação exigir e devidamente autorizadas pela direção da Unidade.

II.A entrada de profissionais portando objetos pessoais ou qualquer outro que possa colocar em risco a segurança, salvo os que serão utilizados nas atividades socioeducativas planejadas para o dia.

III.Fotografar as dependências da Unidade ou os adolescentes, salvo com autorização prévia da direção da Unidade ou da Coordenação das Medidas Socioeducativas.

# **TÍTULO IV - da Rotina Institucional e do Regulamento Disciplinar**

---

---

---

## Capítulo I - Disposições Gerais

Art. 25. Para regular a convivência, definem-se como critérios normativos das Unidades de Medidas Socioeducativas:

I. Rotina Institucional.

II. Regulamento Disciplinar.

Art. 26. As Unidades de Medidas Socioeducativas deverão estabelecer a Rotina Institucional devendo contemplar, dentre outros, os seguintes itens:

I. Horário de acordar e de dormir

II. Horário das refeições

III. Dias e horários das atividades escolares, esportivas, culturais, de lazer, de assistência religiosa, oficinas, cursos, grupos temáticos

IV. Dias e horários dos atendimentos

V. Dias e horários da visita dos familiares à Unidade

VI. Descrição dos objetos de uso pessoal (kit pessoal) e a periodicidade da sua entrega ou troca

VII. Lista e quantidade de materiais/objetos autorizados a permanecer no dormitório

VIII. Lista e quantidade de materiais/objetos autorizados a ser trazidos pelos visitantes/ familiares

IX. Quantidade e duração das ligações telefônicas

X. Definição da programação da TV e do rádio

XI. Quantidade, horário e duração do banho.

**Parágrafo único.** Cada Unidade de Medida Socioeducativa deverá, no prazo máximo de trinta dias da implantação deste Regimento, encaminhar à Coordenadoria de Proteção Social Especial a sua Rotina Institucional para validação, mantendo-a atualizada quanto às alterações que venham a ocorrer.

Art. 27. O Regulamento Disciplinar estabelece as transgressões e as medidas disciplinares aplicáveis.

§ 1º A medida disciplinar é uma sanção aplicada ao adolescente que cometeu algum ato definido como transgressão às normas da Unidade de Medida Socioeducativa, devendo ser aplicada pela Comissão Disciplinar.

§ 2º Nenhum adolescente receberá medida disciplinar sem que lhe seja garantido à apuração da transgressão disciplinar, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 3º Somente serão passíveis de medida disciplinar as transgressões previstas neste Regulamento.

§ 4º A advertência deverá ser priorizada sempre que cabível.

§ 5º As medidas disciplinares têm caráter educativo e sancionatório e respeitarão os direitos fundamentais.

§ 6º As medidas disciplinares respeitarão a individualização da conduta do adolescente, sendo vedada a aplicação de medida coletiva aos adolescentes.

Art. 28. É proibido o cumprimento de medida disciplinar em locais improvisados ou em locais com precárias condições de higiene e salubridade.

Art. 29. São proibidas a incomunicabilidade e a suspensão de visita familiar ao adolescente em cumprimento de medida disciplinar.

Art. 30. O cumprimento de medida disciplinar não deverá prejudicar a escolarização, a profissionalização e as medidas especiais de atenção à saúde.

**Parágrafo único.** Deverá ser propiciado ao adolescente com medida disciplinar de restrição ao seu dormitório, nos dias em que não houver atividades escolares ou profissionalizantes, permanência de 30 minutos em atividade ao ar livre.

Art. 31. É expressamente proibido ao profissional envolvido no fato em apuração participar da apuração do ocorrido e aplicar medida disciplinar, podendo tomar parte apenas como informante para fins de prova, se assim demandado.

## **Capítulo II – da Visita de Familiares aos Adolescentes**

Art. 32. As visitas de familiares destinam-se a manter e fortalecer vínculos familiares do adolescente, obedecendo às seguintes orientações:

I. Deverá ser garantido o direito à visita da família ao adolescente, no mínimo uma vez por semana, em dia e horário definidos pela Unidade de Medida Socioeducativa.

II. A equipe técnica deverá atender à família antes de ela realizar a primeira visita ao adolescente.

III. A visita ao adolescente poderá ser realizada pelos pais, irmãos, filhos ou avós, ou responsáveis, devendo o parentesco ser confirmado e cadastrado pela equipe técnica da Unidade.

IV. Após prévia avaliação da equipe técnica, os adolescentes só receberão visitas de pessoas por ele autorizadas e/ou seus familiares.

V. Será permitida a visita de namorado(a) ou companheiro(a) desde que precedida de análise da direção e equipe técnica.

VI. Será autorizada a entrada de no máximo três visitantes por adolescente no dia da visita, salvo em situações analisadas e autorizadas pela direção e equipe técnica da Unidade.

VII. Para o cadastramento e entrada na Unidade, exige-se certidão de nascimento para os menores de 12 anos e documento oficial com foto para os maiores de 12 anos, devendo, nesta última situação, ser avaliados os casos excepcionais pela direção e equipe técnica, que delimitarão prazo para a obtenção e apresentação do documento.

VIII. A entrada de visitantes menores de 18 anos somente ocorrerá se acompanhados dos pais ou responsáveis legais, ou a quem estes designarem, mediante autorização presencial reduzida a termo, ou com firma reconhecida em cartório ou alvará judicial.

IX. Ao familiar que residir em outras comarcas é permitido o cadastramento e autorização no dia da visita.



X.As visitas do adolescente serão submetidas ao detector de metais, bem como a outros recursos tecnológicos relativos aos procedimentos de revista pessoal.

XI.O visitante que se recusar ao procedimento de revista pessoal não poderá visitar o adolescente.

XII.Serão vistoriados todos os objetos trazidos pelo visitante, destinados a ele ou aos adolescentes, e os objetos não permitidos serão listados e guardados em local próprio e devolvidos ao final da visitação.

XIII.Não será oferecida alimentação aos visitantes, sendo permitido ao adolescente fazer uso dos alimentos autorizados e levados pelo visitante, excepcionalmente quando avaliado pela direção, equipe técnica ou coordenação de disciplina.

XIV.Os visitantes só poderão sair com objetos entregues pelos adolescentes mediante autorização e registro na Unidade de Medida Socioeducativa.

XV.Em caso de ilícito cometido pelo visitante no interior da Unidade, a direção deverá acionar a Polícia Militar para as providências cabíveis, bem como solicitar ao Poder Judiciário o impedimento temporário de visitas futuras.

XVI.A Unidade de Medida Socioeducativa deverá impedir a entrada de visitante, se houver contra esta decisão judicial de suspensão de visita.

XVII.A Unidade de Medida Socioeducativa deverá impedir a entrada de visitante que apresente notórios sinais de embriaguez ou uso de substâncias psicoativas.

### **Capítulo III – das Saídas e Atividades Externas à Unidade**

Art. 33. Será considerada saída da Unidade de Medida Socioeducativa sempre que o adolescente tiver um destino com objetivo predefinido, acompanhado ou não por um profissional da Unidade.

**Parágrafo único.** As atividades externas à Unidade de Medida Socioeducativa são consideradas saídas e poderão

ser desenvolvidas individual ou coletivamente, desde que programadas e orientadas com um objetivo predefinido, podendo ocorrer com ou sem o acompanhamento de profissionais da instituição.

Art. 34. São modalidades de saídas:

- I. Atividades culturais, esportivas, de lazer e de assistência religiosa
- II. Atividades de escolarização, profissionalização, trabalho
- III. Atividades que promovam o exercício da cidadania
- IV. Atividades que promovam a convivência familiar e comunitária
- V. Visitas à família e outros eventos circunstanciais de natureza familiar, tais como nascimento, óbito, doença grave e paternidade
- VI. Atendimento na rede de saúde
- VII. Aleitamento materno e coleta de leite, no que se refere às adolescentes do sexo feminino
- VIII. Determinações judiciais
- IX. Convocações extrajudiciais.

§1º As saídas previstas nos incisos de I a IV são consideradas atividades externas e ocorrerão desde que avaliadas pela equipe técnica da Unidade, seguindo critérios judiciais e técnicos, registradas devidamente no Plano Individual de Atendimento (PIA).

§2º A necessidade de acompanhamento do instrutor educacional será avaliada pela equipe da Unidade.

Art. 35. As visitas à família, previstas no inciso V, do artigo 34, ocorrerão desde que resguarde a finalidade de fortalecer a convivência familiar e comunitária e a partir de avaliação da equipe técnica da Unidade, sendo obedecida às seguintes diretrizes:

- I. A equipe técnica deverá realizar estudo de caso.
- II. Nas visitas à família, o adolescente sairá acompanhado pelo responsável, após assinatura destes no Termo de

Entrega e Responsabilidade.

III. As datas de saídas e de retornos dos adolescentes, cujas famílias residam em municípios distantes da Unidade de Medida Socioeducativa, serão definidas levando em consideração, além de critérios técnicos, a distância e a forma de locomoção entre os municípios.

**Parágrafo único.** Os dias programados para a visita à família poderão ser revistos, individualmente, caso seja esta a única forma de promover o acesso à convivência familiar e comunitária para o adolescente.

Art.36. As saídas e atividades externas não deverão prejudicar a frequência e o desempenho escolar dos adolescentes em qualquer atividade de caráter pedagógico ou de qualificação profissional.

## **Capítulo IV - do Processo de Apuração das Transgressões Disciplinares**

Art. 37. Quando da prática de ato descrito como transgressão disciplinar, o profissional que presenciou ou primeiro tomou ciência do ato deverá tomar a decisão disciplinar inicial, e em seguida, descrever o fato, as circunstâncias e suas causas ao coordenador de disciplina para que seja registrado no Livro de Ocorrências.

Art. 38. Em se tratando de transgressão disciplinar leve, o coordenador de disciplina ficará responsável pela apuração de forma individualizada do ocorrido, ouvindo os envolvidos e eventuais testemunhas, e, se for o caso, aplicar a medida disciplinar adequada.

Art. 39. Em se tratando de transgressões médias, graves e gravíssimas, será constituída uma Comissão Disciplinar, na forma deste Regimento, para apuração dos fatos, sendo vedada qualquer aplicação de medida disciplinar sem tal formalização.

Art. 40. Considera-se coautor aquele que facilitar a execução, a ocultação, a impunidade e responderá como se autor fosse.

## Seção I – Da Comissão Disciplinar

Art. 41. A Comissão Disciplinar é uma instância formal pela qual se apura, de forma indii observando que:

I. A Comissão Disciplinar deverá ser composta pelo diretor da Unidade, dois técnicos, um instrutor educacional do plantão em que ocorreu a transgressão e o coordenador de disciplina;

II. A Comissão Disciplinar será constituída por uma primeira fase, na qual serão ouvidos, de forma individual, os envolvidos para elucidação do ocorrido, cujos depoimentos serão reduzidos a termo e, após a leitura, serão assinadas por eles.

III. Na segunda fase, a Comissão Disciplinar dará seu parecer, decidindo sobre a aplicação ou não de medida disciplinar, preenchendo formulário próprio, com datas de início e término, devendo este ser assinado pelos membros da Comissão.

IV. A Comissão Disciplinar levará em conta, em sua avaliação, as circunstâncias atenuantes e agravantes previstas nos artigos 58 e 59 deste Regimento.

V. Na terceira e última fase, o adolescente deverá ser convocado pela Comissão Disciplinar para ser comunicado acerca da decisão, informando-o das circunstâncias agravantes e atenuantes que porventura tenham incidido no caso.

VI. O prazo para conclusão do procedimento pela Comissão Disciplinar será de no máximo 48 horas, podendo ser estendido para 72 horas, em casos de feriados e finais de semana.

VII. Inobservado o prazo supracitado, extingue a pretensão da aplicação da medida disciplinar.

VIII. O formulário preenchido pela Comissão Disciplinar deverá ser anexado ao prontuário do adolescente, referente à aplicação de medida disciplinar.

IX. O prazo em que o adolescente aguarda a decisão da Comissão Disciplinar será subtraído do prazo de

cumprimento da medida disciplinar.

## **Capítulo V - Das Transgressões Disciplinares**

Art. 42. As transgressões classificam-se em:

- I. Leves
- II. Médias
- III. Graves
- IV. Gravíssimas

### **Seção I - Das Transgressões Leves**

Art. 43. Constituem-se transgressões leves:

- I. Possuir, portar ou utilizar documentos ou valores não concedidos ou não autorizados pela Unidade.
- II. Desperdiçar materiais fornecidos pelo Estado.
- III. Simular doença para eximir-se de dever legal ou regulamentar.
- IV. Entregar correspondência, bilhete ou similar, sem o conhecimento e autorização dos profissionais da Unidade.
- V. Recusar-se a ingerir o medicamento regularmente prescrito por autoridade médica.
- VI. Utilizar medicamentos de forma diversa da prescrição médica.
- VII. Descumprir, sem justificativa cabível, os horários estabelecidos para o funcionamento interno da Unidade.
- VIII. Recusar-se, sem justificativa cabível e autorização, a participar ou se ausentar de atividades de escolarização e profissionalização já iniciadas.
- IX. Recusar-se a se deslocar de uma atividade a outra para atender ao previsto no agendamento das atividades da Unidade.
- X. Descuidar com a higiene pessoal e o aseo, comprometendo

sua saúde e convivência com outros adolescentes.

XI. Obstruir a visão do alojamento.

XII. Desobedecer às normas de circulação e trânsito interno.

XIII. Deixar de trocar as roupas ou não devolvê-las, no prazo estabelecido pelo cronograma da Unidade.

XIV. Manusear equipamentos e materiais sem autorização.

XV. Induzir ou instigar pessoa a praticar falta disciplinar de natureza leve.

## Seção II - Das Transgressões Médias

Art. 44. Constituem-se transgressões médias:

I. Adentrar em dormitório alheio e causar tumulto.

II. Impedir ou perturbar a realização de atividades socioeducativas dentro ou fora da Unidade, bem como o repouso.

III. Trocar, doar ou vender, dentro da Unidade, objeto lícito que lhe pertença, sem autorização da direção e equipe técnica da Unidade.

IV. Trocar de dormitório sem autorização.

V. Danificar roupas e objetos de uso pessoal, ou de outrem, fornecidos pela Unidade ou familiares.

VI. Atrasar-se, sem justa causa, no retorno à Unidade, no caso de saída autorizada.

VII. Dificultar ou recusar-se a submeter-se à revista pessoal, de seu dormitório, bens ou pertences.

VIII. Fazer uso de medicação prescrita para outro adolescente.

IX. Sair para qualquer atividade externa e desviar-se de seu percurso ou separar-se sem autorização, quando acompanhado ou não de um funcionário da Unidade.

X. Atrasar-se, injustificadamente, no destino ou no retorno de saídas ou atividade externas.

XI. Induzir ou instigar pessoa a praticar falta disciplinar de

natureza média.

XII. Cometimento reiterado de infrações de natureza leve.

### **Seção III - Das Transgressões Graves**

Art. 45. Constituem-se transgressões graves:

I. Incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.

II. Criar e divulgar notícia que possa perturbar a ordem ou a disciplina na Unidade.

III. Furtar objetos utilizados nas atividades ou atendimentos de qualquer natureza.

IV. Difamar, caluniar, agredir verbalmente ou proferir ameaças a adolescentes, funcionários ou visitantes.

V. Retornar à Unidade com sintomas de uso de drogas ou álcool.

VI. Tentar fugir ou facilitar fuga de outrem da Unidade sem ameaça ou violência.

VII. Praticar ato obsceno.

VIII. Receber, fabricar, portar, ter, consumir, fornecer ou concorrer para que haja na Unidade bebida alcoólica ou substâncias que possam causar reações adversas às normas de conduta, dependência física ou psíquica.

IX. Portar, usar, possuir ou fornecer aparelho telefônico celular ou outros meios de comunicação não autorizados.

X. Fabricar, guardar, portar ou fornecer objeto destinado à fuga.

XI. Fabricar, guardar, portar ou fornecer objetos cortantes ou perfurantes que possam ser utilizados para intimidar ou ferir pessoas.

XII. Induzir ou instigar pessoa a praticar falta disciplinar de natureza grave.

XIII. Provocar autolesão para imputar responsabilidade à outra pessoa, com o intuito de induzir as autoridades a erro.

XIV. Praticar fato previsto como ato infracional, sem prejuízo do processo judicial.

XV. Estabelecer relação de exploração física ou de trabalho com outro adolescente, mediante violência ou grave ameaça.

XVI. Evadir-se durante atividades externas e saídas temporárias.

XVII. Roubar ou extorquir qualquer objeto.

XVIII. Receber objetos ilícitos.

XIX. Danificar bens fornecidos pelo Estado.

XX. Estabelecer relação sexual com outro adolescente.

XXI. Cometimento reiterado de infrações de natureza média.

## Seção IV - Das Transgressões Gravíssimas

Art. 46. Constituem-se transgressões gravíssimas:

I. Cometer homicídios.

II. Provocar ou tentar incêndio.

III. Praticar lesão corporal.

IV. Agredir fisicamente uma pessoa.

V. Liderar rebeliões.

VI. Facilitar fuga de outrem da Unidade, utilizando-se de ameaça ou violência.

VII. Estabelecer relação sexual com outro adolescente, mediante violência ou grave ameaça.

Art. 47. No caso de tumultos, rebeliões, incêndios e homicídios, a Polícia Militar deverá ser acionada para as providências cabíveis, devendo ser dada imediata ciência à Coordenação das Medidas Socioeducativas.

§1º Adotadas as providências legais e administrativas, a Unidade de Medida Socioeducativa manterá cópia dos documentos para arquivamento no prontuário do adolescente.



## **Capítulo VI - Das Medidas Disciplinares**

### **Seção I - Das Medidas Aplicáveis**

Art. 48. São medidas disciplinares aplicáveis ao adolescente que comete transgressões leves:

- I. Advertência verbal.
- II. Advertência escrita, assinada pelo adolescente e/ou duas testemunhas, e arquivada ao seu prontuário.
- III. Suspensão da prática recreativa e de lazer pelo prazo de até dois dias.
- IV. Suspensão da prática esportiva pelo prazo de até três dias.
- V. Privação de produtos autorizados a entrar em dias de visita.

§1º Caso necessária a aplicação conjunta de mais de um inciso, deve ser obedecido o limite de três incisos e ser respeitada a particularidade da transgressão.

§2º As medidas previstas neste artigo podem ser cumuladas ou substituídas por outras de natureza pedagógica e/ou educativas, devendo ser avaliadas pela direção e pela equipe técnica da Unidade.

Art. 49. São medidas disciplinares aplicadas ao adolescente que comete transgressões médias:

- I. Advertência escrita, assinada pelo adolescente e/ou duas testemunhas, e arquivada ao seu prontuário.
- II. Suspensão da prática recreativa e de lazer pelo prazo de até três dias.
- III. Suspensão da prática esportiva pelo prazo de até três dias.
- IV. Privação de produtos autorizados a entrar em dias de visita.
- V. Retratação verbal à pessoa ofendida.

§1º Caso necessária a aplicação conjunta de mais de um inciso, deve ser obedecido o limite de três incisos e ser respeitada a particularidade da transgressão.

§2º As medidas previstas neste artigo podem ser cumuladas ou substituídas por outras de natureza pedagógica e/ou educativas, devendo ser avaliadas pela direção e pela equipe técnica da Unidade.

Art. 50. São medidas disciplinares aplicadas a quem comete transgressões graves:

I. Suspensão da prática recreativa e de lazer pelo prazo de até cinco dias.

II. Suspensão da prática esportiva pelo prazo de até cinco dias.

III. Privação de produtos autorizados a entrar em dias de visita.

IV. Restrição do adolescente ao dormitório por no máximo cinco dias.

§1º Caso necessária a aplicação conjunta de mais de um inciso, deve ser obedecido o limite de três incisos e ser respeitada a particularidade da transgressão.

§2º As medidas previstas neste artigo podem ser cumuladas ou substituídas por outras de natureza pedagógica e/ou educativas, devendo ser avaliadas pela direção e pela equipe técnica da Unidade.

Art. 51. São medidas disciplinares aplicadas a quem comete transgressões gravíssimas:

I. Suspensão da prática recreativa e de lazer pelo prazo de até sete dias.

II. Suspensão da prática esportiva pelo prazo de até sete dias.

III. Privação de produtos autorizados a entrar em dias de visita.

IV. Restrição do adolescente ao seu espaço de reflexão no prazo máximo de sete dias.

§1º Caso necessária a aplicação conjunta de mais de

um inciso, deve ser obedecido o limite de três incisos e respeitada a particularidade da transgressão.

§2º As medidas previstas neste artigo podem ser cumuladas ou substituídas por outras de natureza pedagógica e/ou educativas, devendo ser avaliadas pela direção e pela equipe técnica da Unidade.

Art. 52. As medidas disciplinares serão aplicadas sem prejuízo das demais implicações e providências de cunho sancionatório cabíveis ao caso.

Art. 53. É vedada a extensão do prazo durante o cumprimento da medida disciplinar aplicada, salvo decisão da comissão disciplinar.

Art. 54. Quando do cometimento de mais de uma transgressão disciplinar no mesmo evento, a transgressão mais grave absorve a menos grave.

Art. 55. Havendo cometimento de outra transgressão mais grave durante o cumprimento de medida disciplinar anteriormente aplicada, caso se julgue necessária outra medida, esta será iniciada imediatamente.

Art. 56. A medida disciplinar poderá ser revista pela comissão disciplinar no decorrer do cumprimento, havendo motivo justificável, desde que não seja mais gravosa para o adolescente.

Art. 57. Será considerada causa excludente de medida disciplinar o cometimento da infração por motivo de força maior, estado de necessidade ou em legítima defesa, assim apuradas em procedimento disciplinar.

## Seção II - Das Circunstâncias Atenuantes

Art. 58. São circunstâncias atenuantes à aplicação de qualquer medida disciplinar ao adolescente:

I. Primariedade em falta disciplinar.

II. Bons antecedentes na Unidade.

III. Assiduidade e bom comportamento nas atividades pedagógicas

IV. Bom desempenho nas metas do Plano Individualizado de Atendimento (PIA).

V. Ter o adolescente desistido de prosseguir na execução da transgressão disciplinar.

VI. No caso de o adolescente, por sua própria iniciativa e com eficiência, logo após cometer a transgressão disciplinar, evitar-lhe consequências mais graves ou minorar as consequências da falta.

VII. Ter cometido a falta disciplinar sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem, ou sob a influência de violenta emoção provocada por ato injusto de terceira pessoa.

VIII. Ter o adolescente confessado espontaneamente, perante a autoridade administrativa, a autoria da falta disciplinar.

IX. Ter cometido a transgressão disciplinar sob influência de tumulto, se não o provocou.

X. Ter o adolescente confessado espontaneamente, perante a equipe da Unidade, a autoria da infração disciplinar, até então ignorada ou atribuída a outro.

XI. Evitar ou minorar, logo após a transgressão, suas consequências ou se propuser a reparar o dano.

**Parágrafo único.** A medida disciplinar poderá ainda ser atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior à falta disciplinar, embora não expressamente regulamentada.

### Seção III - Das Circunstâncias Agravantes

Art. 59. São circunstâncias agravantes para a aplicação de qualquer medida disciplinar ao adolescente:

I. Reincidência em falta disciplinar.

II. Ter o adolescente cometido transgressão disciplinar por motivo fútil ou torpe ou para facilitar ou assegurar a execução, ocultação, impunidade, ou vantagem em outra falta disciplinar.

III. Cometer a transgressão disciplinar à traição, de emboscada, com dissimulação ou abuso de confiança.

IV. Cometer a transgressão disciplinar com emprego de fogo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum.

V. Sob o efeito de substância psicoativa.

VI. Mediante promoção, organização ou cooperação no cometimento de falta disciplinar ou ainda quando dirige, comanda ou por qualquer forma lidera a atividade dos demais participantes.

VII. Quando coagir ou induzir outros adolescentes à execução de falta.

VIII. Quando instiga ou determina o cometimento de falta à pessoa não punível em virtude da condição ou qualidade pessoal.

IX. Quando executa a falta disciplinar, ou nela participa, mediante pagamento ou promessa de recompensa.

X. Ter cometido a transgressão disciplinar com o envolvimento de duas ou mais pessoas.

XI. Ter liderado conflitos, motins, tumultos e rebeliões dentro da Unidade socioeducativa.

XII. Ter cometido a transgressão contra adolescente impossibilitado de se defender.

XIII. Ter cometido a transgressão com premeditação.

## **Capítulo VII - Do Desvio De Percurso, Da Evasão E Da Fuga**

Art. 60. Após as 24h da evasão do adolescente, a Unidade de Medida Socioeducativa comunicará ao Juizado da Infância e da Juventude.

§ 1º O prazo de 24h inicia-se a partir do horário que a Unidade de Medida Socioeducativa estabeleceu para o retorno da saída ou atividade externa.

§ 2º O adolescente que retornar da evasão em até 24h será recebido pela Unidade de Medida Socioeducativa, sendo necessário o envio de relatório circunstanciado ao Poder Judiciário.

§ 3º Após o prazo de 24h, caso o adolescente se apresente na Unidade de Medida Socioeducativa, deverá ser imediatamente encaminhado ao Juizado da Infância e da Juventude para que as autoridades competentes procedam na forma da Lei.

Art. 61. Toda evasão deverá ser comunicada à família do adolescente e ao Juizado da Infância e Juventude para as providências cabíveis.

Art. 62. Toda evasão deverá ser comunicada à Coordenação de Medidas Socioeducativas, sendo necessário o envio do relatório circunstanciado à referida Coordenação em até 24h.

Art. 63. Em caso de evasão, os pertences e a documentação do adolescente serão entregues a ele próprio, a seus familiares ou responsáveis, em caso de determinação judicial, ou após a extinção da medida socioeducativa, mediante assinatura de recibo.

# **TÍTULO V - das Atribuições da Equipe da Unidade de Medida Socioeducativa**

---

---

## **Capítulo I - Das Atribuições Do Orientador De Célula E Da Equipe Administrativa**

Art. 64 – A Direção da Unidade de Medida Socioeducativa é exercida por um profissional nomeado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social –STDS, denominado Orientador de Célula, observando-se o perfil descrito no Art. 17, incisos I a III, do SINASE.

Art. 65 - A Direção responde diretamente pela administração da Unidade de Medida Socioeducativa e a ela estão subordinadas todas as demais instâncias da Unidade.

Art. 66 – A equipe administrativa da Unidade de Medida Socioeducativa é composta por:

I. Agente Administrativo

II. Auxiliar Administrativo

III. Coordenador de Disciplina.

Parágrafo único. Entende-se como Auxiliar Administrativo o profissional que exerce a função de Gerente da Unidade.

### **Seção I – Das Atribuições do Orientador de Célula**

Art. 67 - Compete ao Orientador de Célula:

I. Administrar e supervisionar os serviços técnicos e administrativos executados na Unidade.

II. Planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução dos programas e atividades administrativas e técnicas realizadas na Unidade.

III. Viabilizar o cumprimento das determinações judiciais relativas aos adolescentes assistidos na Unidade.

IV. Coordenar o acompanhamento dos prazos legais relativos aos adolescentes, juntamente com o advogado.

V. Zelar pelo cumprimento das obrigações das entidades que atendem adolescentes, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

VI. Responsabilizar-se pelo patrimônio público, zelando pela



manutenção e conservação das instalações físicas e bens materiais da Unidade.

VII. Coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político-Pedagógico Institucional da Unidade.

VIII. Prestar contas dos materiais e equipamentos recebidos, zelando pelo bom uso destes.

IX. Incentivar e facilitar a qualificação permanente dos profissionais que atuam na Unidade.

X. Coordenar a revisão coletiva do Regimento Interno, em consonância com a legislação em vigor.

XI. Participar da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico da Unidade.

XII. Garantir o fluxo de informações na Unidade e desta com os demais órgãos da administração estadual;

XIII. Encaminhar à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, as propostas de modificações no ambiente institucional, quando necessárias e/ou solicitadas.

XIV. Orientar e acompanhar o ingresso de novos funcionários da Unidade.

XV. Acompanhar, juntamente com o pedagogo, as ações de escolarização formal na Unidade.

XVI. Assegurar o cumprimento dos dias letivos, horas-aula e horas-atividade estabelecidos pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

XVII. Supervisionar o preparo da alimentação, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, relativamente a exigências sanitárias e padrões de qualidade nutricional.

XVIII. Participar da Comissão Disciplinar, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente.

XIX. Definir horário e escalas de trabalho dos profissionais que atuam na Unidade.

XX. Manter articulação com órgãos governamentais e não-governamentais para estabelecimento de parcerias,

acordos, fluxos e procedimentos, atendendo às orientações e diretrizes da STDS.

XXI.Solicitar desligamento e/ou substituição de profissional da Unidade, observando as instruções emanadas pela Célula de Medidas Socioeducativas da STDS.

XXII.Assegurar o cumprimento das orientações técnicas de vigilância sanitária e epidemiológica.

XXIII.Viabilizar salas adequadas para a educação formal, atendimentos técnicos e qualificação profissional.

XXIV.Assegurar a realização do processo de avaliação institucional da Unidade, quando solicitado.

XXV.Zelar pelo sigilo de informações pessoais de adolescentes, das famílias e de todo o quadro de pessoal da Unidade.

XXVI.Promover relacionamento cooperativo de trabalho com os profissionais que atuam na Unidade.

XXVII.Encaminhar para a Célula de Medidas Socioeducativas informações e relatórios sobre situações de natureza grave ocorridas na Unidade e sobre as atividades desenvolvidas.

XXVIII. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Regimento.

XXIX. Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor.

XXX. Realizar outras atividades inerentes à função.

## Seção II – Das Atribuições da Equipe Administrativa

Art. 68 – Compete ao Agente Administrativo:

I.Digitar todos os documentos para o Orientador de Célula e demais profissionais, relativos ao trabalho da Unidade.

II.Confeccionar o prontuário dos adolescentes.

III.Organizar os arquivos de documentos da direção da Unidade.

IV.Organizar os endereços e telefones de órgãos, entidades e todo tipo de equipamento social que compõe a rede de atendimento ao adolescente.

V.Atender as ligações telefônicas para a direção ou administração da Unidade, prestando informação, quando necessário.

VI.Conferir diariamente a presença dos funcionários que registraram ponto, apontando possíveis irregularidades.

VII.Manter atualizado o registro do patrimônio, composto pelos bens móveis da Unidade.

VIII.Manter atualizada a relação de funcionários da Unidade, contendo nome, cargo, endereço, telefone, celular e e-mail.

IX.Manter a escala de trabalho dos funcionários atualizada e fixada em local visível.

X.Efetuar registro de controle de frequência e enviá-los ao RH da STDS.

XI.Efetuar o controle de possíveis horas-extras realizadas e as devidas compensações.

XII.Efetuar o controle de atrasos e absenteísmos.

XIII.Realizar os devidos registros, controles e encaminhamentos de licenças médicas, acidentes de trabalho, luto, casamento, nascimento de filho, etc.

XIV.Elaborar quadro de programação anual de férias, juntamente com o Orientador de Célula.

XV. Manter atualizado e dinamizado o quadro mural de informes, esclarecimentos e orientações aos funcionários.

XVI.Digitar documentos, declarações, certificados e relatórios.

XVII.Realizar outros serviços inerentes à função.

Art. 69 – Compete ao Auxiliar Administrativo:

I.Realizar as compras emergenciais, utilizando a verba de suprimento de fundo.

II.Providenciar a solicitação mensal de materiais de consumo, tais como: gêneros alimentícios, materiais de expediente, pedagógicos e medicamentos.

III.Receber e conferir as mercadorias, organizando-as no almoxarifado.

IV.Administrar a liberação de mercadorias do almoxarifado.

V.Manter registros e controles de consumo de gêneros alimentícios, produtos de higiene, limpeza, material de expediente, etc.

VI.Realizar levantamento das necessidades mensais de suprimento de vestuário, roupa de cama e banho, utensílio de copa e cozinha, materiais pedagógicos, esportivos, recreativos, materiais para oficinas e outros.

VII. Controlar o uso e funcionamento de materiais permanentes, providenciando a baixa por inservibilidade, quando necessário.

VIII.Providenciar a prestação de contas dos recursos utilizados para material de consumo.

IX.Controlar os gastos com energia elétrica, água/esgoto e telefonia;

X.Providenciar para que sejam atendidas as necessidades referentes à coleta de lixo;

XI.Controlar a validade dos extintores de incêndio, providenciando a reposição, sempre que necessário.

XII. Providenciar a realização da manutenção das áreas externas da Unidade, incluindo os serviços de limpeza e jardinagem.

XIII.Providenciar a manutenção e limpeza da caixa de água, gerador e iluminação da Unidade.

XIV.Providenciar e controlar o uso de botijões de gás.

XV. Acompanhar o desenvolvimento de cardápio e a preparação da alimentação, obedecendo a procedimentos operacionais básicos.

XVI.Realizar outros serviços inerentes à função.

Art. 70 – Compete ao Coordenador de Disciplina:

I.Recepcionar o adolescente recém-chegado, efetuando o seu registro, assim como de seus pertences.

II.Providenciar o atendimento às necessidades de higiene, asseio, repouso e alimentação do adolescente.

III.Prestar informações aos demais profissionais da equipe técnica sobre o adolescente, para compor os relatórios e estudos de caso.

IV.Acompanhar as demandas dos adolescentes que já foram encaminhadas aos setores específicos.

V.Tomar conhecimento dos relatos diários contidos no Livro de Ocorrências.

VI.Comunicar de imediato à direção as ocorrências relevantes que possam colocar em risco a segurança da Unidade, dos adolescentes e dos funcionários.

VII. Coordenar o trabalho das equipes de instrutores educacionais.

VIII.Coordenar o desenvolvimento das atividades pedagógicas, orientando os instrutores educacionais, para que os adolescentes mantenham a ordem, disciplina, respeito e cooperação durante as atividades.

IX.Elaborar, em conjunto com o diretor, as escalas de plantões e férias dos instrutores educacionais.

X.Apurar as transgressões disciplinares em conjunto com a comissão disciplinar.

XI.Participar da elaboração do PIA, quando solicitado.

XII.Realizar outras atividades específicas à função.

## **Capítulo II – Das Atribuições Da Equipe Técnica**

Art. 71 – A Equipe Técnica da Unidade de Medida Socioeducativa é composta por:

I.Assistente Social;

II.Psicólogo

III.Pedagogo

IV.Advogado

V.Médico.

## Seção I – Das Atribuições do Assistente Social

Art. 72 – Compete ao Assistente Social:

I.Participar da recepção e acolhida dos adolescentes, buscando formas de integrá-los à rotina da Unidade.

II.Elaborar estudos de caso e relatórios técnicos.

III.Realizar atendimentos individuais e de grupo com os adolescentes e familiares.

IV.Atender às famílias dos adolescentes, favorecendo a sua corresponsabilidade no processo socioeducativo.

V.Providenciar a documentação civil dos adolescentes.

VI.Realizar visitas domiciliares às famílias dos adolescentes, caso necessário.

VII.Acompanhar o adolescente em audiência, quando solicitado.

VIII.Participar da elaboração do PIA com o adolescente.

IX.Manter contato com órgãos governamentais e não-governamentais para obter informações sobre o adolescente.

X.Manter registro de dados e informações para levantamentos estatísticos.

XI.Verificar a correspondência dos adolescentes e acompanhar os contatos telefônicos realizados por eles.

XII. Coordenar e orientar a visitação dos familiares aos adolescentes.

XIII.Preparar os adolescentes para o desligamento, fortalecendo suas relações sociofamiliares.

XIV.Supervisionar estagiários do setor de serviço social.

XV.Realizar visitas institucionais.

XVI.Avaliar e acompanhar a aplicação de medidas disciplinares.

XVII.Realizar outras atividades específicas à profissão.

## Seção II – Das Atribuições do Psicólogo

Art. 73 – Compete ao Psicólogo:

I.Participar da recepção e acolhida dos adolescentes, buscando formas de integrá-los à rotina da Unidade.

II.Planejar, coordenar e executar as atividades da área de psicologia.

III.Elaborar estudos de caso e relatórios técnicos.

IV. Realizar diagnóstico e avaliações psicológicas, procedendo às indicações terapêuticas adequadas a cada caso.

V. Realizar atendimento psicológico individual e de grupo com os adolescentes e seus familiares.

VI. Acompanhar o adolescente em audiência, quando solicitado.

VII. Manter contato com órgãos governamentais e não-governamentais para obter informações sobre o adolescente.

VIII.Realizar intervenções terapêuticas com os adolescentes, visando facilitar a dinâmica relacional com ele e com o outro.

IX.Participar da elaboração do PIA.

X.Atender às famílias, orientando-as e realizando intervenções que lhes forneçam subsídios para o desempenho qualitativo das suas funções parentais.

XI.Realizar visita domiciliar à família do adolescente, quando necessário.

XII. Planejar e desenvolver projetos com vistas a orientar os profissionais da Unidade no trato com os adolescentes e famílias.

XIII.Buscar e articular recursos da rede SUS, para o acompanhamento da saúde mental dos adolescentes.

XIV.Preparar os adolescentes para o desligamento, fortalecendo suas relações sociofamiliares.

XV. Manter registro de dados e informações para levantamento estatístico.

- XVI. Supervisionar estagiários do setor de psicologia.
- XVII. Realizar outras atividades específicas à profissão.

### Seção III – Das Atribuições do Pedagogo

#### Art. 74 – Compete ao Pedagogo:

I. Planejar, coordenar e desenvolver as ações pedagógicas da Unidade, incluindo as atividades escolares, oficinas formativas, ocupacionais e profissionalizantes, atividades recreativas, culturais e esportivas.

II. Realizar a programação das atividades pedagógicas, a formação das turmas e o acompanhamento das atividades.

III. Realizar a avaliação educacional e o levantamento do histórico escolar do adolescente para compor os relatórios técnicos e o estudo de caso.

IV. Efetuar o registro de documentação de alunos: matrícula e todos os registros sobre processo escolar, utilizando os devidos formulários.

V. Participar da recepção e acolhida dos adolescentes, buscando formas de integrá-los à rotina da Unidade.

VI. Avaliar e acompanhar a aplicação de medidas disciplinares.

VII. Participar da elaboração do PIA.

VIII. Identificar o adolescente com transtornos de aprendizagem e necessidades especiais para traçar um plano de intervenção individualizado.

IX. Orientar as famílias do adolescente para garantir a continuidade das atividades escolares após o desligamento.

X. Acompanhar e coordenar a execução das atividades de qualificação profissional.

XI. Coordenar a equipe de professores, instrutores de ofício e supervisionar estagiários do setor pedagógico.

XII. Analisar e verificar os avanços dos adolescentes na escolarização formal e informal.

XIII. Acompanhar o planejamento e execução dos planos de



aula de professores e instrutores de oficina.

XIV. Acompanhar as ações de voluntariado e espiritualidade.

XV. Elaborar prestação de conta mensal dos recursos obtidos com as vendas dos materiais produzidos pelos adolescentes em oficinas profissionalizantes.

XVI. Visitar escolas em que os adolescentes se encontram matriculados.

XVII. Analisar os documentos formais da escolarização, planos de aula e plano de trabalho docente.

XVIII. Conduzir processo de classificação e reclassificação dos adolescentes, para adequação da matrícula escolar e defasagem idade-série e também mediante os exames nacionais.

XIX. Em caso de transferência, repassar documentos e informações escolares, materiais escolares e produções do adolescente transferido à Unidade receptora.

XX. Providenciar matrícula e contato com a escola que irá receber o adolescente.

XXI. Organizar os procedimentos de substituição e recepção de professores.

XXII. Organizar o plano e o calendário escolar, tendo como base as orientações da SEDUC.

XXIII. Organizar e divulgar os materiais pedagógicos para uso dos professores e/ou instrutores de ofício.

XXIV. Providenciar matrículas, transferências, obtenção de históricos escolares, aproveitamento de estudos e certificação dos adolescentes.

XXV. Providenciar a avaliação diagnóstica do nível escolar do adolescente.

XXVI. Elaborar o plano de ação pedagógica com os professores e instrutores e acompanhar a execução das atividades.

XXVII. Promover estudos e avaliações sobre as experiências pedagógicas e o processo de ensino e aprendizagem.

XXVIII. Realizar outras atividades específicas à profissão.

## Seção IV – Das Atribuições do Advogado

Art. 75 – Compete ao Advogado:

I.Participar da recepção e acolhida dos adolescentes, buscando formas de integrá-los à rotina da Unidade.

II.Participar da elaboração do PIA.

III.Esclarecer a situação processual do adolescente, familiares, direção e equipe técnica.

IV.Manter-se atualizado sobre o processo.

V.Realizar pesquisas e levantamentos referentes aos autos judiciais e o histórico infracional dos adolescentes.

VI.Participar de audiências;

VII.Orientar o adolescente e sua família quanto à postura na audiência, bem como informá-los sobre o agendamento destas.

VIII.Avaliar e acompanhar a aplicação de medidas disciplinares.

IX.Pleitear pela progressão de medida, quando o estudo de caso assim orientar.

X.Promover palestras informativas aos adolescentes, familiares e funcionários, quando necessário.

XI.Organizar documentos para a transferência do adolescente a outras Unidades.

XII.Participar dos espaços coletivos de discussão.

XIII.Manter contato com outras comarcas para obter maiores informações sobre o processo jurídico dos adolescentes.

XIV.Atualizar periodicamente a lista de dados sociojurídicos dos adolescentes.

XV. Elaborar ofícios em resposta à trajetória jurídico-processual do adolescente;

XVI.Informar aos técnicos, com antecedência, a necessidade de elaboração do Relatório Biopsicossocial e Educacional;

XVII.Organizar a relação diária de saídas externas

(audiências) de adolescentes, juntamente com os demais técnicos da Unidade.

XVIII.Supervisionar estagiários do setor de Direito.

XIX.Realizar outras atividades específicas à profissão.

## Seção V – Das Atribuições do Médico

Art.76. Compete ao Médico:

I.Planejar, executar e avaliar as ações relacionadas à saúde integral do adolescente.

II.Realizar a avaliação clínica das condições de saúde do adolescente.

III. Emitir diagnósticos e indicar os procedimentos terapêuticos adequados ao caso.

IV.Tratar as intercorrências de nível ambulatorial.

V.Articular e formalizar o fluxo de atendimento à saúde integral do adolescente na rede de serviços ofertados pelo município.

VI.Encaminhar o adolescente para exames e tratamentos especializados ofertados pela rede de saúde do SUS.

VII.Orientar a família do adolescente quanto a atitudes, procedimentos e posturas para a promoção da saúde do adolescente e dos próprios membros de sua família.

VIII.Realizar ações educativas de promoção à saúde e prevenção de doenças para adolescentes.

IX.Elaborar planos de intervenção em saúde para o desenvolvimento da ação socioeducativa personalizada para o adolescente.

X.Orientar a equipe quanto a procedimentos e ações terapêuticas, preventivas e promotoras da saúde.

XI.Supervisionar estagiários de Medicina.

XII.Realizar outras atividades específicas à profissão.

## **Capítulo III – Das Atribuições Da Equipe De Apoio Técnico**

Art. 77 – A Equipe de Apoio Técnica da Unidade de Medida Socioeducativa é composta por:

I. Auxiliar de Enfermagem

II. Instrutor Educacional.

### **Seção I – Das Atribuições do Auxiliar de Enfermagem**

Art. 78 – Compete ao Auxiliar de Enfermagem:

I. Desempenhar serviços auxiliares de enfermagem, prestando apoio às ações do médico.

II. Programar e organizar as consultas dos adolescentes com o médico da Unidade.

III. Agendar e acompanhar os adolescentes nas consultas médicas na Unidade.

IV. Agendar e acompanhar os adolescentes nas consultas e exames externos.

V. Manter atualizadas e organizadas as fichas de atendimento de saúde dos adolescentes.

VI. Ministrando medicamentos e tratamento aos adolescentes, atendendo às orientações médicas.

VII. Realizar atendimentos de primeiros socorros, quando necessário.

VIII. Manter a organização da enfermagem e dos materiais utilizados.

IX. Realizar ações educativas sobre cuidados de higiene pessoal, alimentação e cuidados específicos para promoção da saúde, esclarecendo sobre os recursos disponíveis no município para encaminhamento dos adolescentes, quando necessário.

X. Manter organizado os estoques de medicação e de outros insumos utilizados nos tratamentos de saúde.

XI. Orientar a equipe sobre as condutas prévias ou posteriores a consultas e exames.

XII. Realizar outras atividades específicas à profissão.

## Seção II – Das Atribuições do Instrutor Educacional

Art. 79 – Compete ao Instrutor Educacional:

I. Recepcionar o adolescente recém-chegado, efetuando o seu registro, assim como de seus pertences.

II. Providenciar o atendimento às necessidades de higiene, asseio, repouso e alimentação do adolescente;

III. Zelar pela segurança e bem-estar do adolescente, observando-o e acompanhando-o em todos os locais de atividades diurnas e noturnas.

IV. Acompanhá-lo nas atividades da rotina diária, orientando-o quanto às normas de conduta, cuidados pessoais e relacionamento com outros internos e funcionários.

V. Relatar no diário de comunicação interna o desenvolvimento da rotina diária, bem como tomar conhecimento dos relatos anteriores.

VI. Monitorar e auxiliar atividades recreativas, esportivas, culturais, artesanais e artísticas, seguindo as orientações do setor pedagógico.

VII. Auxiliar no desenvolvimento das atividades pedagógicas e acompanhar os adolescentes nos atendimentos técnicos.

VIII. Guardar e organizar os pertences dos adolescentes.

IX. Participar das atividades interagindo com os adolescentes.

X. Prestar informações aos demais profissionais da equipe técnica sobre o andamento do adolescente, para compor os relatórios e estudos de caso.

XI. Acompanhar o adolescente em seu deslocamento na comunidade, não descuidando da vigilância e segurança.

XII. Inspeccionar as instalações físicas da Unidade, recolhendo objetos que possam comprometer a segurança.

XIII. Efetuar rondas periódicas para verificar portas, janelas e portões, assegurando-se de que estão devidamente fechados, atentando para eventuais anormalidades.

XIV. Identificar as demandas dos adolescentes, encaminhando-as aos setores específicos.

XV. Manter-se atento às condições de saúde do adolescente, sugerindo que sejam providenciados atendimentos e encaminhamentos aos serviços médicos, sempre que necessário.

XVI. Atender às determinações e orientações médicas, ministrando os medicamentos prescritos, quando necessário. XVII. Realizar revistas pessoais nos adolescentes nos momentos de recepção, final das atividades e sempre que se fizer necessário, impedindo que mantenham a posse de objetos e substâncias não autorizadas.

XVIII. Acompanhar o processo de entrada das visitas dos adolescentes, registrando-as em livro, fazendo revistas e verificação de alimentos, bebidas ou outros itens trazidos por elas.

XIX. Comunicar, de imediato, ao coordenador de disciplina as ocorrências relevantes que possam colocar em risco a segurança da Unidade, dos adolescentes e dos funcionários.

XX. Fornecer material de higiene para os adolescentes, controlando e orientando seu uso.

XXI. Providenciar o fornecimento de vestuários, roupa de cama e banho, orientando seu uso.

XXII. Recepcionar e identificar os visitantes, encaminhando-os aos diferentes setores.

XXIII. Guardar e devolver os pertences dos visitantes dos adolescentes.

XXIV. Seguir procedimento e normas de segurança da Unidade.

XXV. Participar da elaboração do PIA, quando solicitado.

XXVI. Realizar outras atividades específicas à profissão.

## **Capítulo IV – Atribuições Da Equipe Operacional De Apoio**

Art. 80 – A Equipe Operacional de Apoio é composta por:

I. Motorista

II. Auxiliar de Manutenção

III. Porteiro/Vigia

IV. Auxiliares de Serviços Gerais de Limpeza, Copa e Lavanderia.

### **Seção I – Das Atribuições do Motorista**

Art. 81 – Compete ao Motorista:

I. Transportar adolescentes em viagens, audiências, consultas médicas, transferências de Unidade e outros que se fizerem necessários.

II. Definir rotas e percursos de modo a garantir a economia de combustível e otimização do uso do veículo.

III. Conduzir os técnicos da Unidade a diversos locais para atender às necessidades técnicas e administrativas.

IV. Respeitar a legislação, normas e recomendações de direção defensiva.

V. Preencher diariamente o mapa de atividades diárias e as requisições de abastecimento do veículo.

VI. Verificar diariamente as condições de uso do veículo.

VII. Solicitar à administração reparos nos veículos, sempre que necessário.

VIII. Manter o veículo limpo e em condições adequadas de higiene e funcionamento.

IX. Auxiliar no carregamento e descarregamento de materiais transportados no veículo.

X. Efetuar a prestação de contas das despesas de manutenção do veículo.

XI. Manter sigilo acerca das situações vivenciadas na Unidade.

XII. Realizar outras atividades específicas à profissão.

## Seção II – Das Atribuições do Auxiliar de Manutenção

Art. 82 – Compete ao Auxiliar de Manutenção:

I. Efetuar a conservação das edificações, executando serviços de alvenaria, carpintaria, pintura, eletricidade e encanamento.

II. Realizar pequenos reparos em máquinas, equipamentos e móveis.

III. Inspeccionar as instalações elétricas e hidráulicas da Unidade.

IV. Zelar pela manutenção das tubulações, válvulas, registros, filtros, instrumentos e acessórios, limpando, lubrificando e substituindo as partes danificadas.

V. Operar os dispositivos dos reservatórios de água.

VI. Zelar pela conservação e guarda de ferramentas e equipamentos utilizados na Unidade;

VII. Observar, cumprir e utilizar normas e procedimentos de segurança.

VIII. Realizar outras atividades específicas à profissão.

## Seção III – Das Atribuições do Porteiro/Vigia

Art. 83 – Compete ao Porteiro/Vigia:

I. Certificar-se da observância das recomendações quanto à prevenção de incêndios, mantendo-se preparado para adotar procedimento de combate ao fogo, caso necessário.

II. Efetuar rondas periódicas de inspeção da parte externa da Unidade, examinando portas, janelas e portões, para eventuais anormalidades.

III. Fiscalizar a entrada e saída de pessoas na Unidade ou



setor de pessoas, veículos, bens e materiais não autorizados pela Direção.

IV. Observar a movimentação de pessoas nas imediações do seu posto de trabalho, comunicando à Direção qualquer irregularidade ou atitude suspeita observada.

V. Atender e prestar informações ao público.

VI. Responsabilizar-se pelo controle de abrir e fechar o portão.

VII. Manter o registro de todas as ocorrências verificadas durante seu turno de trabalho.

VIII. Registrar e controlar a entrada e saída de público externo na Unidade.

IX. Realizar outras atividades específicas à profissão.

## Seção IV – Das Atribuições dos Auxiliares de Serviços de Limpeza, Copa e Lavanderia

### Subseção I – Das Atribuições do Auxiliar de Serviços de Copa

Art. 84 – Compete ao Auxiliar de Serviços de Copa:

I. Preparar o café da manhã, almoço, lanches, jantar e ceia para adolescentes e funcionários da Unidade.

II. Servir refeições, organizando o refeitório ou preparando os pratos para os adolescentes.

III. Limpar todos os utensílios, louças e equipamentos utilizados para as refeições.

IV. Organizar e manter limpos e em ordem os armários, geladeira, freezer e almoxarifado da cozinha.

V. Manter o controle dos gastos com os gêneros alimentícios, levantando as necessidades de reposição para informar ao auxiliar administrativo.

VI. Realizar outras atividades específicas à profissão.

## Subseção II – Das Atribuições do Auxiliar de Serviços de Limpeza

Art. 85 – Compete ao Auxiliar de Serviços de Limpeza:

- I. Limpar diariamente o prédio da Unidade, incluindo as áreas internas e externas.
- II. Realizar faxinas gerais.
- III. Manter em ordem e higienizado o almoxarifado de produtos de limpeza, realizando levantamento de necessidades para o auxiliar administrativo da Unidade.
- IV. Manter e limpar as áreas externas da Unidade, incluindo pátios, canteiros e jardins.
- V. Efetuar o recolhimento do lixo, providenciando para que ele seja colocado no local adequado de coleta.
- VI. Efetuar o transporte e descarga de materiais diversos.
- VII. Realizar outras atividades específicas à profissão.

## Subseção III – Das Atribuições do Auxiliar de Serviços de Lavanderia

Art. 86 - Compete ao Auxiliar de Serviços de Lavanderia:

- I. Lavar e higienizar as roupas pessoais e de cama e banho dos adolescentes.
- II. Passar as roupas dos adolescentes, organizando-as e separando-as para ser distribuídas.
- III. Realizar pequenos reparos de costura nas roupas dos adolescentes.
- IV. Realizar outras atividades específicas à profissão.



# **TÍTULO VI - Disposições Transitórias**

---

---

Art. 87. Este Regimento deverá ser executado de acordo com os seguintes procedimentos:

I. A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, deverá realizar uma formação profissional com as equipes das Unidades de Medidas Socioeducativas sobre este Regimento.

II. A Direção da Unidade de Medida Socioeducativa deverá realizar uma assembleia com os adolescentes para apresentação deste Regimento.

III. A Direção da Unidade de Medida Socioeducativa deverá realizar uma assembleia com os adolescentes para apresentar as alterações neste Regimento, sempre que houver.

IV. Uma cópia deste Regimento deverá permanecer em local de fácil acesso e visibilidade tanto para os adolescentes e familiares quanto para a equipe da Unidade de Medida Socioeducativa.

V. A capitulação das sanções leves, médias, graves e gravíssimas e as sanções aplicáveis deverão ser afixadas em local de fácil acesso, na área administrativa e nos demais setores da Unidade.

VI. A equipe da Unidade de Medida Socioeducativa deverá apresentar este Regimento a todos os adolescentes, no ato da admissão.

Art. 88. Este Regimento passa a vigorar em 45 dias contados da data de sua publicação.

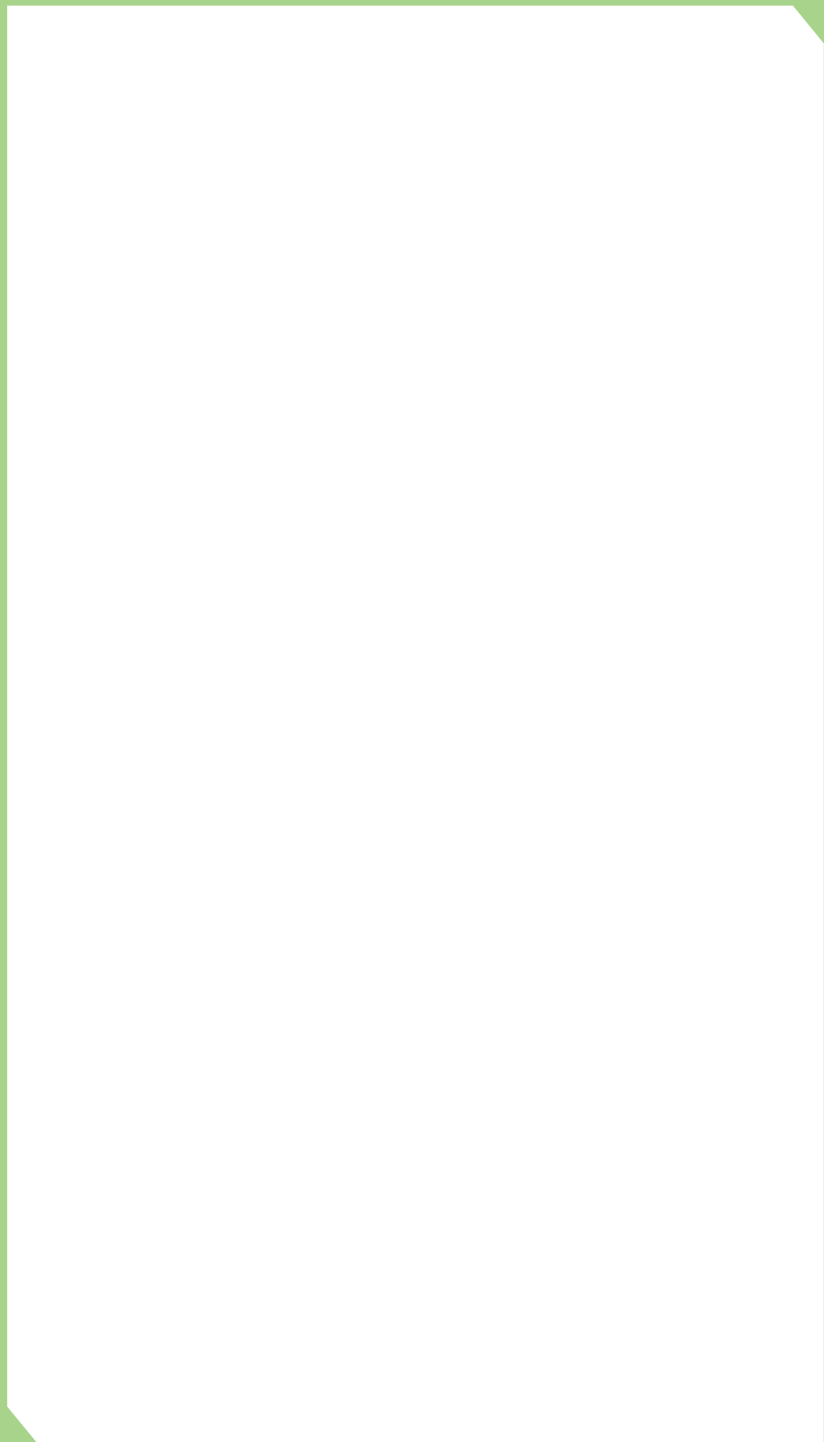
Art. 89. Este Regimento revoga disposições em contrário.



# Bibliografia

---

---





**GUIA PARA ELABORAÇÃO DE REGIMENTOS INTERNOS DO RIO GRANDE DO SUL**, Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa, Departamento de Planejamento Organizacional, Secretaria de Administração de Recursos Humanos, de acordo com o disposto na Lei n.º 13.601, de 01 de janeiro de 2011 que dispõem sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, Janeiro, 2011.

ZANELLA, Maria Nilvane. **REGIMENTO INTERNO (MINUTA PRELIMINAR)**. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Governo do Estado do Ceará. Dezembro, 2010.



Este impresso foi composto nas fonte Aller  
Diagramação Eletrônica



[www.davidtahim.com.br](http://www.davidtahim.com.br)  
em outubro de 2013.

